

A comunicação social e o desenvolvimento sustentável: caminhos da representatividade

Margarete Panerai Araújo
Alberto de Souza Rossi

RESUMO

Este artigo pretende mostrar a relevância da complexidade na comunicação, diante da discussão do desenvolvimento sustentável. O artigo reúne alguns dados históricos e conceituais destacando a relação entre as duas categorias e a influência do discurso em nosso mundo que projeta uma representatividade, permitindo repassar valores e sintetizar questionamentos. A metodologia remete a uma proposta de análise complexa, agregando a interdisciplinaridade da comunicação. Pode-se considerar que a discussão do tema permite consolidar uma tendência que institucionaliza o conceito de desenvolvimento sustentável.

Palavras-chaves: Comunicação. Complexidade. Desenvolvimento sustentável.

ABSTRACT

This article intends to show the importance of complexity in the communication towards to the discussion of the sustainable development. The article has some historical and conceptual data bringing out the relation between two categories and the influence of the discussion in our world that projects a representativeness that allows passing values and summarizing questions. The methodology brings a proposal of complex analyses, adding the interdisciplinary of communication. It can be considered that the discussion of the subject allows consolidating a tendency that institutionalizes the concept of sustainable development.

Keywords: Communication. Complexity. Sustainable development.

Introdução

A demanda por um viés adequado ao desenvolvimento sustentável faz-se cada vez mais presente. Esse tema não é novo. Ao longo da história, o homem busca formas de entender a sociedade e mecanismos que possam desvelar os seus problemas. Além disso, busca abordagens teóricas e conceituais referentes ao que se denominou grau de desenvolvimento. Nos dias de hoje, com ênfase nos estudos de comunicação globalizada e nas problemáticas ecológicas do mundo, reaparecem propostas e processos de estudo que caracterizam a defesa dos recursos ambientais, buscando alternativas sustentáveis.

Conforme Castells (2002), um dos objetos da constituição de uma economia globalizada é a mudança no rumo das estruturas descentralizadas e de redes em organizações econômicas, sociais e institucionais, de centros de inovação e informação com novas articulações em face das dinâmicas local e global. Segundo Muller (1997), a globalização desencadeou um movimento denominado competição, ao qual Nobre e Amazonas (2002) chamam “fetiche do crescimento econômico”. Parte desse movimento apóia-se na sustentabilidade, na comunicação, e suas influências confundem-se com a própria vida.

Nesse contexto, este artigo apresenta um quadro parcial sobre a história da comunicação e dos conceitos de desenvolvimento sustentável, oferecendo, posteriormente, algumas reflexões sobre essa preocupação mundial.

O desenvolvimento de um determinado local, aparentemente, é alvo da preocupação de políticas governamentais e tem se voltado, tradicionalmente, mais ao crescimento econômico. Como forma de inverter essa preocupação, seria necessário alterar estruturalmente os processos e as formas de crescimento, pois se sabe que não são apenas as medidas econômicas que garantem a mudança da atualidade segundo Boiser (1996). Mesmo sem nos darmos conta, estamos inseridos em um mundo onde as tecnologias permeiam nossas ações, interações e relações.

As questões metodológicas norteadoras deste artigo estão vinculadas ao que Demo (2002) denomina conceito de complexidade aplicado à realidade e ao conhecimento. Em especial, de um lado, tem-se o real (ontologia) e, de outro, a possibilidade de captar essa realidade considerada dinâmica e não linear (epistemologia). Nesse sentido, partir de leituras, pesquisas e demais estudos, inclusive os empíricos, identificando e analisando o contexto chamado pós-moderno, passa pelo processo de compreender e explicar que essa dinâmica é predominantemente analisada, através de uma percepção da realidade. Interessa, aqui, proceder a uma rápida análise dessa dinâmica que vem se instaurando. Demo (1995) ainda apresenta que sempre é válida uma cautela metodológica, uma vez que os argumentos estão repletos de contextos prévios. O conhecimento é sempre uma tradução e reconstrução do mundo exterior. Com esse critério previamente definido sobre a visão da realidade e de sua captação científica, bem como do manejo crítico, o artigo tem um teor lógico e bibliográfico voltado à chamada compreensão dos desafios pós-modernos, enquanto é necessidade epistemológica de integrar conhecimentos pela capacidade de contextualizar.

Como qualquer outro fenômeno social, a comunicação e o desenvolvimento sustentável colocam-se sob uma grande complexidade, envolvendo conhecimentos novos, práticos e teóricos que pouco a pouco passam a ser incorporados ao cotidiano.

O viés do desenvolvimento da comunicação

Tendo em vista temas centrais desse estudo, procura-se apontar a interdisciplinaridade das teorias da comunicação na construção desses conceitos de desenvolvimento sustentável e a dialógica do conhecimento que envolve essa abordagem na comunicação.

Os argumentos e as idéias trouxeram uma real implicação com a categoria ciência, posto que a comunicação é uma área disputadíssima pelo atravessamento e pela rede que forma com outras disciplinas.

A noção de comunicação recobre uma multiplicidade de sentidos. Ao longo da construção desse conhecimento, situado na encruzilhada de diferentes disciplinas, como a Sociologia, a Filosofia, a História, a Geografia, a Etnologia, a Economia, as Ciências Políticas, a Biologia, a Cibernética, etc., Mattelart (1999) procura dar conta da pluralidade e da dispersão desse campo de observação científica. Dessa forma, longe de designar escolas, ele contrapõe teorias que, ao lado de Wolf (1985), serão utilizadas apenas como referência, pois colaboram na descrição parcial do conjunto de concepções da ciência da Comunicação, necessárias ao enquadramento deste trabalho.

A comunicação torna comum a informação, que é um processo social, pressupondo uma bidirecionalidade (retorna como emissor para o receptor), e o receptor passa a ser o emissor.

Wolf (1985) afirma que, quando se pensa na história da Comunicação, pensa-se na história da humanidade, pois comunicação é a linguagem. E o que caracteriza a linguagem é o ser humano, o único capaz de criar uma referência e um referencial e, também, criar símbolos e meios de comunicação.

No período entre os séculos XVII e XVIII, a Revolução Burguesa, ligada ao processo de urbanização, proclama que a utilidade da Ciência e da Filosofia era dar ao homem o conhecimento e o domínio da natureza, bem como da sociedade, a partir da comunicação. Essa noção de comunicação englobou também o fim do século XIX, cujo princípio teórico, projetado no núcleo da ideologia e do progresso, inspiraram uma das primeiras concepções de uma ciência da comunicação.

O sentimento de modernidade, marcado pela revolução industrial, assiste à necessidade de conquistar outras regiões, como solução para absorver os produtos das metrópoles, e as guerras entre as potências aceleram e modificam o desenvolvimento global.

Wolf (1985) e Mattelart (1999) sintetizam alguns momentos teóricos significativos para a comunicação, e é esse pensamento que colabora com as noções de uma internacionalização.

Historicamente, a teoria hipodérmica coincide com o período das duas Guerras Mundiais e com a difusão, em larga escala, das comunicações de massa. Nesse momento, o conceito de sociedade de massa é fundamental para a compreensão da teoria hipodérmica. Chamada teoria da propaganda e sobre a propaganda, ela apareceu especialmente nos anos 20 e 30, chamando a atenção para os fatores retóricos e psicológicos utilizados. Esse modelo comunicativo está associado à escola behaviorista, paradigma psicológico do comportamento.

O desenvolvimento da teoria de abordagem empírico-experimental, ou da persuasão, representou o momento de abandono da teoria hipodérmica. As novas teorias, baseadas em estudos psicológicos, desenvolvem-se nos anos 40, e sua contemporaneidade tornou difícil uma diferenciação nítida do contributo de cada uma delas.

A teoria funcionalista faz uma abordagem global dos meios de comunicação de massa em seu conjunto. Acentuou a explicação das funções exercidas pelo sistema de comunicação de massa e concentrou-se nos problemas de manipulação para passar aos da persuasão.

A teoria sociológica estrutural funcionalista, mesclada com a anterior, salienta a ação social (e não o comportamento), em sua adesão aos modelos de valores interiorizados e institucionalizados. O sistema social, em sua globalidade, foi entendido como um organismo, cujas diferentes partes desempenham funções de integração e de manutenção do sistema. A sociedade deixa de ser um meio para atingir os fins dos indivíduos. (WOLF, 1985, p. 59).

A teoria culturológica tem características fundamentais baseadas no estudo das massas distinguindo seus elementos antropológicos mais relevantes e a relação entre o consumidor e o objeto de consumo. O objeto de análise que se procurava atingir foi a definição da nova forma de cultura da sociedade contemporânea. O autor que inaugurou essa corrente foi Edgar Morin.

A cultura de massa foi uma realidade que não poderia ser tratada a fundo, senão com um método, o da totalidade. Não se podia reduzir a cultura de massa a um ou a alguns dados ou ainda a dados essenciais, devendo-se aprofundar aquilo que une

os setores. Deve-se tentar ver aquilo que se chama “cultura de massa” como um conjunto de cultura de uma civilização e também da história. (WOLF, 1985, p. 90).

A cultura de massa formou um sistema de cultura, constituindo-se como um conjunto de símbolos, valores, mitos e imagens que dizem respeito, quer à vida prática, quer ao imaginário coletivo. Todavia, não foi o único sistema cultural das sociedades contemporâneas que congregou realidades policulturais; a cultura de massa se faz incluir, controlar e censurar, corromper no sentido absoluto. (WOLF, 1985, p. 90).

Para Silva (2001, p. 174) autores como Debord e Baudrillard, nos anos 60, fizeram muitas reflexões sobre a sociedade do espetáculo e a sociedade de consumo. Este último, Baudrillard, acreditou na recuperação da mídia e no bom uso dos meios de comunicação. Como ponto de partida, é importante lembrar que algumas pessoas acreditam que a informação é sinônima de conhecimento.

Baudrillard (1999), por exemplo, nos propõe pensar que essa efervescência da informação por vezes é dissociada de uma realidade política. A sociedade real está cada vez mais desconectada da esfera política, operando através das telas mentais das televisões, mas também de outros meios de comunicação. Baudrillard (1999, p. 54) considera isso um “benéfico, pois protege a sociedade civil das vicissitudes da esfera política”. A mídia, na realidade, complementa e serve para a sociedade do espetáculo cujas massas concedem a esse as disfunções de suas representações políticas.

A informação ultrapassou a barreira entre o falso e o verdadeiro. Pois aí, conforme Baudrillard (1999), tudo repousa sobre a credibilidade instantânea.

A informação é mais verdadeira que o verdadeiro por ser verdadeira em tempo real – por isso é fundamentalmente incerta. Ou, ainda, [...] podemos dizer que, tanto no espaço da informação ou no espaço histórico quanto no espaço fractal, as coisas não têm mais uma, duas ou três dimensões: flutuam numa dimensão intermediária. Logo, nada mais de critérios de verdade ou de objetividade, mas uma escala de verossimilhança. (BAUDRILLARD, 1999, p. 59-60).

Fica claro, segundo a obra de Baudrillard (1999), que a informação, enquanto não for desmentida, será verossímil e, mesmo desmentida, não será nunca mais falsa, porque foi crível.¹ Dessa forma, apresentar “essa tessitura não linear” a que a realidade nos introduz será interpretar um aspecto, apenas, ou seja, apenas uma parte da realidade sob um olhar.

1 Crível, que se pode crer, acreditável.

Morin (2002a, p.18) também nos apresenta isso como um desafio sociológico a ser repensado: que a informação é uma matéria-prima que o conhecimento deve dominar e integrar. O conhecimento deve ser permanentemente revisitado e revisado pelo pensamento; e o pensamento é, mais do que nunca, o capital mais precioso para o indivíduo e a sociedade.

Dessa forma, “mais vale uma cabeça bem-feita que bem cheia”. (MORIN, 2002 b, p. 21). Isso significa que uma cabeça onde o saber é acumulado e empilhado não dispõe de princípios de seleção e organização que lhe dêem sentido.

Julgamos que tanto os mitos quanto as crenças vêm sendo explicações antigas, aceitas por muitos. Mas isso não dá mais conta da complexidade de nossos dias. Ao acreditar que o real era explicado pelo que se via, descobria-se a cada minuto que os erros e as ilusões que se impõem como verdades passavam a ser aceitos como verdades ao longo da história humana. Em acréscimo, não podemos mais, hoje, atribuir ilusões e erros somente aos mitos, às crenças, às religiões e às tradições herdadas do passado, ou mesmo apenas ao subdesenvolvimento das ciências da razão e da educação.

Nesse representacionismo, a idéia que temos na cabeça sobre certa coisa nos faz admitir que a realidade verdadeira é aquela que captamos. Morin (1999, p. 18) nos transporta para o estudo do caráter reconstutivo do conhecimento. Conceber não significa criar a realidade, mas reconstruí-la, pois temos uma necessidade vital de situar, refletir, interrogar novamente, ou seja, de conhecer as condições, possibilidades e limites das aptidões para atingir a verdade visada. Como sempre, a questão prévia que surge, historicamente e por último é a verdade que se transforma, enfim, em pergunta. A busca da verdade está ligada à investigação sobre a possibilidade de verdade. Carrega a necessidade de interrogar a natureza do conhecimento para examinar sua validade. “A verdade parece una, mas, ao ser questionada, ela se fragmenta, diversifica, multiplica-se, gerando uma série de novas interrogações”. (MORIN, 1999, p. 18).

Mattelart (2000) aponta que, ao ampliar sua análise sobre o processo de globalização da comunicação, oferece instrumentos para a construção do pensamento sobre o poder geopolítico. Enriquecida pela realidade dos fatos históricos, é possível, assim, traçar o entendimento desse caminho na comunicação, o qual oferece, paralelamente, a construção do conceito de sustentabilidade resultante da emergência dos novos paradigmas e das novas propostas de desenvolvimento da sociedade.

Narrando a relação dos fenômenos da comunicação, na trajetória da globalização, a retrospectiva de Mattelart (2000) permite tecer finas análises. Ou seja, para Mattelart

(2000, p. 60), as redes de comunicação transmitiam a sensação do mundo como um “vasto organismo”, onde todas as partes seriam solidárias. O próprio termo, *internacionalização*, conquistou o direito de cidadania no fim do século (a idéia de que a interdependência das nações conduziu o mundo para sua unificação cultural). Mas, foi somente no século XX que as mais diversificadas formas de comunicação forçaram a adoção de uma língua universal e uma outra, própria, em esfera particular.

A globalização é, conforme Mattelart (2000, p. 125-129), primeiramente, um modelo de administração de empresas que, respondendo à crescente complexidade do ambiente da concorrência, procede da criação e da exploração de competências em nível mundial, objetivando maximizar lucros e consolidar suas fatias de mercado. A globalização rebaixou o papel da informação econômica, da pesquisa e do tratamento da informação científica e tecnológica, tornando-a mero instrumento na definição da estratégia das empresas e dos atores públicos. A famosa liberdade de expressão dos cidadãos ganha um novo concorrente direto, com a *liberdade de expressão comercial*, apresentada como um novo *direito humano*.

Essa crise ideológica invade os trabalhos dos antropólogos das grandes sociedades industriais. A opinião sobre o *Outro* mudou, generalizou-se em todo o mundo. Cada indivíduo tem consciência de ser parte do planeta. Todos são contemporâneos uns aos outros, embora em meio a uma pluralidade. Com isso, Mattelart (2000, p. 163) reforça um contexto marcado pelo retraimento do Estado previdenciário pela derrocada das políticas públicas e ajuda o desenvolvimento sustentável.

A influência desse discurso em nosso mundo projeta uma representatividade que permite repassar valores e sintetizar também alguns de nossos questionamentos. O ponto de partida procura evidenciar que todo o conhecer é um fazer, e todo o fazer é conhecer, é decidir. O processo que se apresenta se entrelaça em uma rede de transformações dinâmicas que conduz às reflexões deste trabalho e que caracteriza também o conhecimento de quem o observa. Deixa-se claro que não se pretende desjuntar, reduzir ou legislar, pois esses princípios são doravante abolidos, já que caracterizam o pensamento clássico. (MORIN, 2000). Portanto, a construção desses conceitos de desenvolvimento sustentável com as teorias da comunicação, envolvem a interdisciplinaridade do homem moderno, sua simbologia e cultura e toda a dialógica do conhecimento.

0 viés do desenvolvimento sustentável

Vários são os teóricos chamados desenvolvimentistas, segundo Sachs (2004). Essas teorias objetivam conceitos e explicações, métodos e propostas para alavancar

melhorias tanto globais quanto locais. Desde a década de 70, o lançamento de um conceito de ecodesenvolvimento objetivou as bases de um programa de desenvolvimento, estabelecendo alguns parâmetros como necessidades básicas, conforme afirma Cavalcanti (2001). Entre elas, as próximas gerações; a participação da população; a preservação dos recursos naturais; os indicadores sociais, dando ênfase à educação, à segurança e ao desenvolvimento de meios culturais. Essa teoria, inicialmente, representava apenas os países subdesenvolvidos. O conceito *desenvolvimento sustentável* foi utilizado após os debates realizados em torno do ecodesenvolvimento.

Costa (1997, p. 245), discute que a abordagem desenvolvimentista constituiu uma fila de critérios, pelos quais as sociedades eram colocadas num *continuum* que as identificava como *desenvolvidas*, *semidesenvolvidas* e *pré-capitalistas*. As nações consideradas como pólos de dominação política e econômica passaram a estabelecer paradigmas ou determinar estágios superiores aos quais necessitaria chegar todo e qualquer povo.

Costa (1997, p. 146) ainda identificou cinco tipos de sociedade estudados. O primeiro tipo discute a sociedade tradicional, caracterizada pela produção limitada, baixa tecnologia, pelo alto nível de subordinação do homem ao ambiente e por um mau aproveitamento dos recursos naturais. O segundo determina uma sociedade em processo de transição, caracterizada pela manifestação das pré-condições do desenvolvimento econômico, em que se concebe um estado de gestão ajustada ao controle e à exploração da natureza. O terceiro apresenta uma sociedade em início de desenvolvimento e obedece ao estágio em que são superadas as primeiras fronteiras das sociedades tradicionais; nesse instante, já são percebidos investimentos de capital na área produtiva, aumento da manufatura e aparecimento de um paradigma político, social e institucional em expansão. O quarto é a sociedade em maturação. É o momento em que as forças de ampliação econômica passam a prevalecer na sociedade. O quinto e último é a sociedade de produção em massa, o que corresponde ao estágio de desenvolvimento real da produção em bases industriais e de um avanço significativo do investimento produtivo de capital. Esses estágios não são muito bem-aceitos por pesquisadores do tema, e a história mostra que nem sempre esse foi o caminho de várias sociedades

Assim, nos últimos anos, os conceitos sobre desenvolvimento sofreram inúmeras mudanças, decorrentes de grandes transformações importunadas pelas crises de muitas regiões, principalmente pelas mais tradicionais no setor industrial. Hoje se torna difícil definir, porém fácil reconhecer, que o desenvolvimento não se adapta a

formas simples. A sua multidimensionalidade e complexidade determinam suas características. Como seria de se esperar, o conceito tem evoluído durante os anos, agrupando experiências positivas e negativas, conforme apresenta Sachs (2002).

Em um panorama geral, o desenvolvimento pode ser entendido também como uma forte e contínua ampliação da capacidade de agregação de valor sobre os meios de produção, bem como da capacidade de conquista do Estado ou da região. Todo esse processo tem resultados na ampliação de empregos, nos produtos e na renda local ou regional.

O desenvolvimento liga pontos importantes, conforme Cavalcanti et al. (2001), como, por exemplo, os indicadores preestabelecidos: educação, saúde e segurança alimentar, que formam as bases sustentadoras do capital humano. Os investimentos nessas áreas significam o principal fator de produção. No Brasil, esses investimentos, tanto se tornaram essenciais para o resgate da dívida social quanto oportunizaram o aumento da produtividade e ampliação da cidadania.

Nota-se que a preocupação com o desenvolvimento das regiões ocorreu por meio de reflexões com os riscos da degradação do meio ambiente. Essas discussões nortearam o mundo inteiro e levaram a Organização das Nações Unidas (ONU) a agenciar uma conferência sobre o meio ambiente em Estocolmo (1972), quando pesquisadores, interessados na área, publicaram estudos posteriormente, revelando que a industrialização, a poluição de alimentos e a exploração dos recursos naturais atingiram, conforme Becker (1997), seu ápice e que, num período máximo de cem anos, haverá uma significativa diminuição da população mundial, bem como da capacidade produtiva industrial. Naquele momento, as reações do primeiro-mundo indicavam que esses estudos poderiam divulgar o fim do crescimento da sociedade industrial e dos países subdesenvolvidos.

Pode-se compreender que os indicadores de desenvolvimento apresentados, segundo Becker (2000, p. 144), constituem-se em elementos complexos, abordando aspectos da dimensão econômica e social, pois “todo processo concreto [...] repousa sobre o desenvolvimento precedente”.

Inúmeros são os conceitos sobre o desenvolvimento, e todos objetivam, além do aumento de renda, a qualidade de vida da população. Becker (2000) completa que a sustentabilidade do desenvolvimento deve aproveitar e refletir sobre as diferenças e as potencialidades de cada região.

Um dos conceitos mais utilizados por autores, incluindo Becker (2000, p. 152) e a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (1988), é de que o

desenvolvimento sustentável “atende às necessidades do presente sem comprometer as gerações futuras”. A referência a esse conceito é uma das necessidades básicas dos recursos naturais.

Sachs (2002, p. 57) afirma que o conceito de desenvolvimento sustentável pressupõe que “a imaginação social da população e do planejador necessita de conceitos de apoio sob a forma de estudos comparativos e das maneiras como outros povos lidam com situações similares”. O planejador, portanto, deve estar atento às pesquisas e atitudes, assim como aos acontecimentos de outras localidades, pois situações semelhantes trazem possíveis respostas a eventuais problemas, ampliando a perspectiva das dimensões econômicas em análise.

O desenvolvimento sustentável é um conceito caracterizado por uma conotação extremamente positiva. Segundo o Banco Mundial, a Unesco e outras entidades internacionais, o termo traz implícita a função de uma nova filosofia do desenvolvimento que reúne eficiência na dimensão econômica e social. *Sustentável* já traz a idéia de equilibrar-se, não cair, auto-alimentar-se reforçando o que Cavalcanti et al. (2001, p. 161) justificam sobre a busca permanente de uma categoria que resume “sintonia com o relógio da natureza”. Mas o homem ainda utiliza os recursos naturais de forma abundante, acima da sua capacidade necessária, tornando-os menos disponíveis para as gerações futuras.

Para que haja desenvolvimento sustentável, o consumo deverá ser efetuado com mais rigidez, moderação e maior naturalidade. Os sistemas que interagem em conformidade com a natureza seguem regras que respeitam, rigorosamente, os limites dos recursos sustentáveis. Percebe-se que, de acordo com Cavalcanti et al. (2001), essas determinadas regras econômicas foram observadas apenas como progresso material.

Seguindo a reflexão sobre a sustentabilidade, ela equivale à imaginação de conservação de nosso sistema de suporte da vida, significa desempenho que procura obedecer às leis da natureza.

Cavalcanti et al. (2001) afirmam, ainda, que o tipo de desenvolvimento que o mundo conhece, nos últimos duzentos anos, especialmente depois da Segunda Guerra Mundial, é insustentável. As possibilidades de aproveitamento exigidas por esse desenvolvimento estão muito dependentes. Vários são os modelos metodológicos de planejamento de políticas, que vêm tentando contribuir com o homem de forma a estabelecer uma nova relação com a natureza e condições de adaptação ao meio natural.

O sentido da referência recente ao conceito de desenvolvimento sustentável é precisamente marcar a necessidade de se inserir a análise econômica das escolhas num quadro mais amplo de exigências refletindo a preocupação pela reprodução em longo prazo do meio ambiente em termos de patrimônio essencial, a transmitir-se às gerações futuras. (CAVALCANTI et al., 2001, p. 335).

Não é possível esquecer que a constituição de uma sustentabilidade necessita levar em conta os avanços nos modelos e nas teorias científicas, uma vez que a insustentabilidade atual foi considerada, quanto ao seu resultado, inadequada à convivência com o meio ambiente.]

Jará (1996) contribui afirmando que o Estado precisa, urgentemente, de uma reforma político-administrativa para caminhos rumo ao desenvolvimento sustentável, promovendo mudanças na educação, na cultura e na política habitual. Não é possível transformar essa cultura sem clarezas reais de recursos e de poder aos governos e comunidades locais.

Para Cavalcanti et al. (2001) vive-se em uma complexidade: “A complexidade deve fazer frente à irracionalidade e à racionalidade, às racionalizações, incertezas e ambigüidades. [...] Traz embutida a necessidade de associar o objeto ao seu ambiente, de ligar o objeto ao seu observador e a desintegração do elemento simples”. (p. 50).

Portanto, a relação que se estabelece entre as categorias desenvolvimento sustentável e da comunicação incorpora a unidade, a diversidade e a multiplicidade na possibilidade de troca, de compartilhamento, na articulação interdisciplinar que esses temas carregam.

O fio condutor: a complexidade das tendências da comunicação sobre o desenvolvimento sustentável

Morin, segundo Silva (2001, p. 176), não se afasta do caminho da complexidade “tecendo variáveis antagônicas e complementares e relativizando o papel dos *mídia* em sociedade perpassados por múltiplas determinações”. Evidenciar essa idéia desenvolvida por Silva (2001, p. 176) é ampliar essa discussão, em que Morin, com suas teorias, reconhece “a força estimuladora de imaginários dos meios de comunicação e estabelece sistemas de influência recíproca, onde a mídia alimenta-se do mundo que é alimentado pela mídia; onde o imaginário move os homens que inventam os imaginários”, a condição oportunizada pelo pensamento complexo para o estudo da comunicação. É o princípio contraditório e complementar que permite a perspectiva da ambivalência.

A teoria de Morin (2001) destaca que a complexidade é a base para a construção do conhecimento, apresentando por meio dela traços inquietantes da confusão, da desordem, da incerteza. Assim, a complexidade apresenta elementos para reflexão do desenvolvimento sustentável, ou seja, é indispensável a relação do homem com o meio ambiente de forma consciente e racional, em que a sustentabilidade criará chances para a abertura do desconhecido, para um futuro apropriado e novo, invencível ao presente, em cujo processo de desenvolvimento participante todos deverão se envolver.

Sustentabilidade para Cavalcanti et al. (2001) significa essa probabilidade de se conseguir, sucessivamente, condições similares ou superiores de vida para um grupo de pessoas e seus sucessores em dado ecossistema. Numa situação sustentável, o meio ambiente é menos degradado, embora, como se sabe, o processo entrópico nunca se interrompa, procedendo à recuperação invisível e irrevogável. Esse conceito equivale à idéia de manutenção de nosso sistema de suporte da vida e significa um comportamento que procura obedecer às leis máximas da natureza.

Segundo Jará (1996), o desenvolvimento sustentável deve ser discutido, analisado e efetivado, na sociedade local, não somente nas estruturas convencionais de representação (atores sociais), mas através do envolvimento direto dos cidadãos. Conforme Becker (1997), o desenvolvimento sustentável vem sendo utilizado como um projeto para essa nova sociedade, capaz de garantir, no presente e no futuro, a sobrevivência dos grupos sociais e da natureza. O conceito está sendo amplamente divulgado como uma categoria-chave, e vários são os estudiosos dessa área que têm se esforçado para alcançar uma forte conceituação do tema, capaz de ser aceita pela maioria dos envolvidos com as sociedades contemporâneas. Pode-se compreender, de acordo com Muller (1997), que o desenvolvimento sustentável diz respeito a uma sociedade envolvida em um círculo virtuoso de crescimento econômico e um padrão de vida adequado.

A globalização remete ao conceito *desenvolvimento sustentável*, ou seja, a busca por novos paradigmas para o desenvolvimento socioeconômico que tem sido objeto de debates cada vez mais freqüentes. Desenvolvimento, associado ao conceito de sustentabilidade, é um tema em evidência. Discute-se, entre outros aspectos, a criação de mecanismos eficazes para se associar crescimento econômico à inclusão social e ao respeito ao meio ambiente. O que se percebe, entretanto, é que não há soluções fáceis ou prontas; pelo contrário, há muito a ser elaborado e aperfeiçoado. Qualquer novo modelo de desenvolvimento aparecerá ou se conformará dentro dos parâmetros e limites do processo de valorização do capital financeiro, cujas relações dominantes realizam-se através do controle das informações, da apropriação do conhecimento e da capacidade de coordenação financeira global. São esses ins-

trumentos *pós-modernos* que, ao mesmo tempo que viabilizam a dominação em escala mundial, abrem a possibilidade, embora dentro de limites muito objetivos e muito mais por necessidade do próprio sistema capitalista, para as histórias locais, as tradições do lugar, enfim, para os desejos, necessidades e fantasias fragmentadas.

Assim, vale destacar que o mundo globalizado projeta uma representatividade desse novo modelo de desenvolvimento que é transmitida através de uma rede de transformações dinâmicas que se entrelaçam em valores culturais. A comunicação constrói sentidos que implicam associar, relacionar e contextualizar considerando que a trama de interações com o outro e com o meio reconfigura a realidade. Segundo Bolano et al. (2003, p.23), “a fundação de um pensamento para mudança [...] é, sem dúvida, o primeiro passo para transitar da concepção formal e sobre-determinada da comunicação multimídia global à realização material da concepção democrática das redes de interação simbólica”.

A exigência, em face de uma transição rumo à complexidade, é que todos possam reaprender a aprender o que permite evidenciar que todo conhecer é um fazer, e todo fazer é conhecer, é decidir. Pode-se considerar que a discussão do tema permite consolidar uma tendência atual de que a comunicação institucionaliza o conceito de desenvolvimento sustentável.

Referências

- BAUDRILLARD, Jean. *Tela total: mito-ironias da era do virtual e da imagem*. Porto Alegre: Sulina, 1999.
- BECKER, Dinizar Fermiano (Org.). *Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ou possibilidade?* Santa Cruz do Sul: Edunisc, 1997.
- _____. *REDENEP: a pesquisa, o planejamento e a gestão em rede do desenvolvimento local-regional*. Lajeado: Univates, 2000.
- BOISER, Sergio. *Centralización y descentralización territorial en el proceso decisorio del sector público*. Santiago do Chile: Ilpes; Cepal, 1996.
- BOLANO, César; MASTRINI, Guillermo; SIERRA, Francisco. Mudanças golbais no sistema econômico e nas comunicações: uma perspectiva latino-americana. *Conexão – Comunicação e Cultura*. Caxias do Sul: Educus, v. 2, n. 4, 2003.
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. 6. ed. rev. e ampl. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- CAVALCANTI, Clóvis; FURTADO, André; STAHEL, Andri; RIBEIRO, Antônio. *Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. 3. ed. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2001.

COMISSÃO mundial sobre meio ambiente e desenvolvimento. *Nosso futuro comum*. Rio de Janeiro: Fundação Carlos Chagas, 1988.

COSTA, Cristina. *Sociologia: introdução à ciência da sociedade*. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1997.

DALLABRIDA, Valdir Roque. *O desenvolvimento regional: a necessidade de novos paradigmas*. Ijuí: Ed. da Unijuí, 2000.

DEMO, Pedro. *Metodologia das ciências sociais*. São Paulo: Atlas, 1995.

_____. *Complexidade e aprendizagem: a dinâmica não linear do conhecimento*. São Paulo: Atlas, 2002.

JARA, Carlos. *Ação local e desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung, 1996.

MATTELART, Armand; MATTELART, Michèle. *História das teorias da comunicação*. São Paulo: Loyola, 1999.

_____. *A globalização da comunicação*. Bauru: Edusc, 2000.

MORIN, Edgar. *Educação e complexidade: os sete saberes e outros ensaios*. In: ALMEIDA, Maria da Conceição; CARVALHO, Eduardo de Assis (Org.). São Paulo: Cortez, 2002a.

_____. *O método 1: a natureza da natureza*. Porto Alegre: Sulina, 2002b.

_____. *O método 2: a vida da vida*. Porto Alegre: Sulina, 2001a.

_____. *O método 3: o conhecimento do conhecimento*. Porto Alegre: Sulina, 1999.

_____. *O método 4: as idéias, habitat, vida, costumes*. Porto Alegre: Sulina, 2001b. Organização de Juremir Machado da Silva.

_____. *A cabeça bem-feita*. Trad. de Eloá Jacobina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

MULLER, Geraldo. *Sustentabilidade: um novo (velho) paradigma de desenvolvimento regional*. In: BECKER, Dinizar Fermiano (Org.). *Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ou possibilidade?* Santa Cruz do Sul: Edunisc, 1997.

NOBRE, Marcos; AMAZONAS, Maurício (Org.). *Desenvolvimento sustentável: a institucionalização de um conceito*. Brasília: Ibama, 2002.

SACHS, Ignacy. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

_____. *Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SILVA, Juremir Machado da; MARTINS, Francisco Menezes (Org.). *Para navegar no século XXI: tecnologias do imaginário e cibercultura*. Porto Alegre: Edipucrs, 1999.

SILVA, Juremir Machado da. O pensamento contemporâneo francês sobre a comunicação. In: HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera Veiga (Org.). *Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências*. Petrópolis: Vozes, 2001.

WOLF, M. *Teorias da comunicação*. Lisboa: Presença, 1985.